COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB – CE
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE CIB-CE, REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2020 (LAVRADA SOB FORMA SUMÁRIA DE ACORDO COM O ARTIGO 130, PARÁGRAFO 1º DA LEI Nº 6.404/76)

Aos trinta e um dias de janeiro do ano de dois mil e vinte, às 08:30 horas, na Casa dos Conselhos, Comitês e Comissões da Proteção Social do Estado do Ceará, situada na Rua Silva Paulet, 334, em Fortaleza-CE, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária da CIB-CE para a qual todos os seus membros foram devidamente convocados com a seguinte pauta: 1)Abertura; 2)Apreciação e aprovação da Pauta; 3)Apreciação e aprovação da Ata da 8ª Reunião Ordinária da CIB-CE; 4)Apresentação do Censo Suas Cras e Creas do ano de 2018; 5)Apresentação do Cemaris 2019; 6)Critérios para novos planos de providências e prazo para os planos de providências pactuados e com as situações satisfatórias não superados; 7)Informes. Sob a coordenação da Secretária, Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, foi iniciada a 1ª Reunião Ordinária da CIB-CE. Cumprimentou a todos. Realizada a saudação, solicitou que a Secretaria Técnica da CIB realizasse a verificação do quórum. Estiveram presentes os seguintes membros titulares e suplentes: Mônica Regina Gondim Feitoza – titular; Maria Heurenice Moura de Souza – suplente; Célia Maria de Sousa Melo Lima – titular; Célia Leite Carvalho – suplente; Silvana de Matos Brito Simões – titular; Márcia Maria Medeiros Dutra – Suplente; Silvia Letícia Forte Camelo – titular; José Arimateia de Oliveira – suplente; Izaura Gomes do Nascimento de Oliveira – titular; Sarah Carvalho Santos – suplente; Vanda Anselmo Braga dos Santos – titular; Glauciane de Oliveira Viana – titular; Elpídio Nogueira – titular; Patrícia Helena Nóbrega Studart – suplente; Elba Carneiro Falcão de Almeida – Secretária Técnica da CIB; Aleksandra Vasconcelos Benevides - Assistente Administrativo; Rosângela Maria Pinto de Oliveira – Agente Administrativo. Como convidados: Geórgia Cavalcante Menescal – Gestão do Suas/SPS; Maria Cleide Miranda da Rocha – Média Complexidade/SPS; Leyla Holanda de Araújo – Secretaria de Assistência Social/Mombaça; Grazielle Valente – Assessoria Jurídica da Casa dos Conselhos; Keiciane Freitas Gomes – NASA/SPS; Cristiane Costa Vale Sá – NASA/SPS; Iris Paula Machado Pinheiro – NASA/SPS; Sandra Mendes Carneiro – Gabinete/SPS e Carlos Eugênio S. Nogueira - ASGM/SPS. Com o quórum mínimo verificado, iniciou sua fala manifestando prazer em está participando desta reunião. Pediu desculpas por sua ausência na CIB no ano de 2019. Devido início de gestão na secretária, afirmando que foi um ano difícil, até a presente data, ainda recebendo acervo de outras secretarias. Ressaltou que não foi fácil receber a secretaria de drogas, todo o gabinete do governador, secretaria de justiça. Que requer sub-rogar contratos de toda natureza, de gestão de contas públicas, terceirização não foi fácil. Considerando o tamanho da Proteção Social, com prêmios, com catorze políticas públicas. Reconheceu que, mesmo contando com 52 anos de serviço público, foi uma vitória ultrapassar o ano de 2019. Diante deste relato justificou sua ausência, não sendo por subestimar a política, acrescentando que no encontro dos secretários não é possível sua participação constante, é difícil conciliar muitas atribuições, tendo em vista que são 6 secretarias. Mencionou que mais de 200 pessoas protegidas fora do estado, requer compromisso. Foi criado um sistema de proteção para escolher famílias para guardar vítimas que estão sendo violentadas ou na eminência de morte. Agradeceu a presença de todos, indagou se algum membro tem inclusão de pauta. Em seguida mencionou nominalmente os representantes estaduais , tecendo elogios pelo trabalho desenvolvido de cada um. Dando continuidade passou a mencionar também nominalmente a representação estadual igualmente enaltecendo o trabalho de cada representante estadual como também citou nominalmente e agradeceu a presença dos convidados. Afirmou que, quando Vanda Anselmo está presente, diante do seu espírito lutador, lembra que só é mencionado saúde, segurança e educação. Fica indignada quando não é mencionada a Proteção Social, não reconhecem que para ter uma boa segurança é

necessário a prevenção, como também a saúde precisa do saneamento, mas não é citado. Precisamos mudar esse discurso e Vanda apresenta o perfil para lutar por essa mudança. Em seguida a palavra foi passada para Célia Melo para justificar a inclusão de pauta. Cumprimentou a todos, manifestou contentamento em iniciar a primeira reunião da CIB, do ano de 2020, para avançar no Sistema Único de Assistência Social. Afirmou que, mesmo sem a participação da coordenadora em 2019, todas reconhecem seu empenho junto ao governador e outros órgãos pelo avanço da Política da Assistência Social, ressaltando a importância da secretaria nesta instância, mesmo como todo apoio do Dr. Ibiapina e dela. Quando coordena a reunião é repassado tudo para a secretária. Quanto o item de pauta de inclusão, é sobre o relatório da gestão municipal, considerando que anualmente é pactuado nesta comissão, prazo de entrega do relatório. Justificou este item por solicitação do secretário Arimateia. Arimateia entende que devido o tempo corrido não sabe se é possível ser tratado o item. Lembrou ainda, de um item pendente que é novo modelo de cofinanciamento estadual. A coordenadora colocou em debate. Célia Melo esclareceu, concordando com Arimateia, estava previsto para esta reunião o cofinanciamento por blocos. Considerando que a reunião é só num período, o tema exige um debate mais aprofundado, foi decidido ficar para reunião do mês de fevereiro. Em seguida a palavra com Vanda Anselmo, cumprimentou os presentes, manifestou satisfação com a retomada dos trabalhos nesta CIB, agradeceu a presença da secretária, reconhecendo o acúmulo de trabalhos da secretária, é do conhecimento de todos o compromisso e empenho da Dra. Socorro na condução da secretaria com seis políticas públicas bem complexas. Afirmou de sua preocupação, inclusive conversou com Célia Melo, após conversa com o setor da vigilância, por conta do IDCRAS. Lembrou que nesta comissão já foi abordado o assunto equipe de referências, que fazem acompanhamento sócio familiar, foi verificado que o ministério da cidadania não reconhece os demais profissionais da resolução nº17, como responsáveis pelo acompanhamento familiar, só reconhecem os assistentes sociais e psicológicos. Conforme nota técnica pactuada na CIT, só que a CIB ampliou, no entanto a união não considera, como consequência alguns municípios cearenses foram prejudicados. Quando o ministério não aceitou os profissionais fora da resolução, os municípios que estavam no limite, ultrapassando o limite de 100 famílias, o indicador baixou em recursos humanos, então é preciso retomar essa discussão nesta comissão. Solicitou que a resolução da CIB fosse encaminhada para CIT. Célia Melo afirmou que já foi encaminhada a CIT. Vanda rebateu que mesmo sendo encaminhada, não houve nenhuma discussão na CIT. Dra Socorro informou que, por ocasião de uma das reuniões do Conselho Nacional onde participava foi colocado com veemência a não existência da CIT, como também o governo federal não reconhece a CIT, então quis saber como ficou esse impasse. Célia esclareceu que o decreto que extinguiu, mas já foi recriada com reuniões bimestrais, com outras características de não publicizar e nem divulgar as matérias debatidas. Segundo Célia, como podemos discutir com outros pares, citou o Fonseas que discute matérias para levar para CIT, inviabiliza a unanimidade do consenso seja também do Congemas se não possibilita uma discussão anterior. Reconheceu que Vanda tem razão, tendo em vista que foi pactuado nesta comissão acesso ao prontuário Suas. Explicou que a nota está em desacordo, ou seja em contradição com a NOB de recursos humanos. Mencionou a nota 27 do SNAS que, só considera psicólogo e assistente social para fazerem acompanhamento familiar, é totalmente em desacordo com a NOBRH. Que considera as equipes de referência do Cras e Creas que fazem o acompanhamento familiar, não é exclusividade do assistente social e psicólogo, inclusive levará essa pauta para reunião do Fonseas, que acontecerá no dia 11 de fevereiro. Inicialmente será discutida na Câmara Técnica do dia 10, para levar para CIT, para alterar a nota técnica 27 e ficar alinhada a NOBRH. Dando continuidade foi tratado o item apreciação e aprovação da ata da 8ª Reunião Ordinária da CIB de 2019, sendo aprovada. Em seguida passou para o item apresentação do Censo Suas Cras e Creas do ano de 2018. Célia Melo antes de iniciar a apresentação, procedeu com elogios ao trabalho desenvolvido por Geórgia Menescal na área de vigilância socioassistencial, como uma profissional de referência nesta área. Geórgia solicitou que fosse iniciada apresentação de Cemaris 2019, por se tratar do ano de 2019, que representa o último Censo e depois passaria para Censo Cras e Creas 2018, foi consensuada a inversão de pauta. Geórigia Menescal iniciou sua apresentação citando a resolução nº17 de 18/12/2009 da CIB, que pactuou a realização do Censo para construção do Mapa de Riscos Pessoal e Social do Estado de Ceará –

Cemaris que subsidiará definição do ranking de municípios para o cofinanciamento estadual da Proteção Social Especial. Citou os objetivos e mencionou os riscos sociais que são 16: abandono; ameaça de morte; assédio moral; cárcere privado; autor de ato infracional em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; exploração patrimonial; homofobia; pessoa em risco pessoal e social em decorrência de uso de álcool e outras drogas; pessoa em situação de rua; racismo; ruptura de vínculos; trabalho análogo ao escravo; trabalho infantil; tráfico de seres humanos; violência doméstica; violência sexual. Apresentou o panorama do Cemaris 2019 um total de 24.426 notificações. Lembrou que só é computado no Cemaris, casos notificados, na assistência e outras redes. Registrou que a violência doméstica é disparadamente o maior risco no Estado do Ceará, com 14.609 casos notificados e o tráfico de seres humanos é o que apresenta menor notificação, desde quando foi incluído. Geórgia informou que dos 184 municípios, apenas três municípios não preencheram o Cemaris. Lembrou que, o Cemaris está dentro da Política Estadual como sendo um dos critérios para subsidiar o cofinanciamento estadual para Proteção Especial. Citou os três municípios que não responderam o Cemaris: Miraíma, Cariús e Acarape. Iniciou com risco abandono, quem mais sofre é a criança seguido pelo idoso, com 1.125 casos notificados. Destacou que só foi aferido dois ciclos de vida; criança e adolescente. Explicou que foi uma solicitação da Assembleia Legislativa com 187 casos notificados. Em seguida foi tratado o risco ameaça de morte, sendo o adolescente quem mais sofre ameaças. Dra. Socorro registrou que nesse risco existe um grande número sob notificação, não corresponde a realidade, conforme os órgãos de defesa, o número é bem maior. Diante da fala da coordenadora, Geórgia reforçou a necessidade do sistema de justiça na coleta dos dados. Informou que neste ano, no perfil do violador, a possibilidade de identificar se o violador pertence a uma facção criminosa. Mônica Gondim informou que esse risco é recente, sendo uma demanda do Dep. Renato Roseno, na comissão de homicídios de jovens e adolescentes. Destacou que atualmente existe uma diferença de tempos atrás, que anteriormente o acolhimento acontecia por abandono ou negligência. Hoje é o crime ou o tráfico, sendo necessário como será expressado. Destacou que o desafio para o ano de 2020 é de dar mais visibilidade ao Cemaris, precisa fortalecer o Censo, mas o desafio dentro dos municípios é de caminhar com outros dados, com os programas de proteção, com o sistema de justiça. A coordenadora elogiou a fala de Mônica, como precisa e racional. Segundo Drª Socorro no estado, a reforma administrativa foi oportuna, veio para juntar que todo sistema de proteção tivesse seus braços na Proteção Social. O Estado criou o primeiro sistema de proteção sob a responsabilidade do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - Gajop entidade Pernambucana que tratava do Provita, PPCAAN e defensores do direitos humanos. Levantou a possibilidade do Gabinete de Assessoria Jurídica ás Organizações Populares - Gajop comparecer na próxima reunião da CIB para explicar como será feito esse acompanhamento. Será extinto o pouso provisório, agora será financiado pelo estado a estadia do ameaçado em residência, casas de família. Registrou o elevado número de crianças e adolescentes ameaçados de morte. Demonstrou satisfação em estar conhecendo o Cemaris, informando que, o governador precisa conhecer o Cemaris, para saber o destino do investimento onde se faz necessário investir. Solicitou como item de pauta da 2ª reunião convidar representante do sistema de proteção para explicar o funcionamento. Célia Melo registrou que gostou das observações feitas por Mônica, esclarecendo que anualmente o Cemaris é apresentado na CIB e no Ceas para pactuação com uma das fontes de dados de pesquisa para o estado do Ceará. Outro objetivo e de avaliação que possibilite melhorias para o próximo Censo, afirmando que é constante as alterações solicitada por esta CIB e Ceas. Informou que a informática está construindo um novo sistema , o atual não comporta esses números de riscos. Márcia Dutra falou que é importante não ocorrer nenhum risco, as informações são registradas pelo município do território. Segunda Márcia, registrou que adolescentes e crianças estão sendo ameaçadas por facções, pensa que ela termina correndo risco. Afirmando que é preciso ter essa proteção, concorda com a especificação, no entanto é preciso cuidado no termo a ser utilizado. Elpídio Nogueira registrou que é uma constância receber nos acolhimentos denúncia de ameaça de morte de crianças e adolescentes. Mencionou o registro de ameaça de morte pela mulher, então é preciso acolher a vítima ameaçada de morte, quando a origem do problema é na pessoa que está ameaçando. Acrescentando que estamos tratando errado o problema, onde a punição deveria ser para o ameaçador. O mesmo problema se repete na saúde, muito

criticado, mas se formos ao IJF apresenta um percentual de 80% de acidentes com motoqueiros, significa que tanto o governo como a prefeitura não gasta recursos para cuidar da saúde, sim para a violência do trânsito e dos motoqueiros. Registrando a falta de recursos tipificados para tratar esse problema, então se toda mulher e crianças que for ameaçada, vamos ter que acolher, significando que estamos na contramão do problema. É preciso que o Governador e o Prefeito tenham acesso a essa questão. Passando para assédio moral com 264 casos, notificados quem mais sofre é o adulto, sendo a mulher quem mais sofre esse risco, ressaltando que não existe incoerência nos dados. Passando para auto de ato infracional em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Explicou que foi uma solicitação desta comissão, com 1.441 casos notificados, sendo o adolescente do sexo masculino o maior número. Quanto ao cárcere privado com 79 casos notificados, sendo adulto com maior número, maioria sexo feminino violador, pai e mãe, perfil mais recorrente informado no Cemaris. Passando para a exploração patrimonial com 785 casos notificados sendo o idoso com maior número. A coordenadora solicitou uma contribuição. Afirmando que, atualmente o maior explorador do idoso parte da instituição bancária. Geórgia diante da informação explicou que será inserido sem vínculo familiar. Quanto a homofobia com 33 casos, é outro dado que sabemos da subnotificação, sendo os adolescentes o maior violado passando para pessoa em risco pessoal e social em decorrência do uso de álcool e outras drogas com 1.272 casos notificados, com o mais violado é o adulto do sexo masculino. A coordenadora afirmou , diante da colocação do que a mãe pode dar medicamento a criança para dormir e sair. Disse que conhece ser essa das drogas, possui experiência devido ter passado dois anos na secretaria das drogas, reconhecendo que muito maior do que os casos notificados. Geórgia concordou mais só representa dados coletados pela assistência. Mônica explicou a coordenadora que se justifica essa discrepância no total de pessoas. O motivo é que a fonte do Cemaris é os Creas, violação de direitos. Afirmou que a rede de Creas no estado é insatisfatória, pequena que não da conta da realidade, a capilaridade do Creas é mínima. Geórgia interviu justificando que precisa fazer uma observação, não é só nos Creas que os dados são coletados, a orientação para os 184 municípios em todas as capacitações sobre o Cemaris. É orientado a coleta em toda rede socioassistencial, poder judiciário, sistema de justiça. Esclareceu ainda que o Cemaris é preenchido pela gestão. Retomando com a palavra Mônica, explicou o seu posicionamento é na tentativa de superar. Informou que na época da criação da vigilância na SPS, estava como coordenadora da vigilância. Durante todo esse período é discutido a questão da subnotificação. Mencionou que a unidade de referência do Suas é o Creas que trabalha a violação de direitos. Então se faz necessário uma discussão, se é uma questão de gestão, ou estratégia de fortalecimento do Suas, concluiu que é preciso pensar numa estratégia de fortalecimento desse instrumento. Glauciane entendeu considerando a fala de Mônica, afirmando que nos municípios com Creas existe uma centralização e uma referência de violação de direitos são encaminhados para os Creas, nos municípios com Creas esses dados são passados por lá. Reconheceu a importância do Cemaris porque mostra uma fragilidade dos sistemas, para os gestores o Censo é um desafio para diminuir essas disparidades dos casos notificados e da real situação. Afirmou que a cada ano o Cemaris é qualificado. Tem o documento de referência do Creas que passa pela gestão da vigilância. É desafiador, oportuniza os municípios melhorarem suas vigilâncias. A partir dessas informações que devem subsidiar um diagnóstico não é apenas do Creas, devem estar na perspectiva dos territórios dos Cras, oportunizando identificar o território que tem a presença daquele tipo de vulnerabilidade de risco de violação. Registrou a dificuldade de acessar os dados na delegacia, não é fácil essa relação com o sistema de justiça. Ressaltando que é uma porta de entrada importante como homofobia, violência contra a mulher, criança e adolescente. Drª Socorro informou que a secretaria esta criando um observatório no município do Eusébio, junto com a secretaria de segurança que, oportunizará todo acesso ao sistema de justiça, segurança pública e todos os dados através do sistema da proteção social. Arimateia registrou que a apresentação é baseada em dados notificados. Notificou que é de um município de porte I que não tem Creas, sendo absolvido pelo Cras, acompanhado pela vigilância. Informou que seu município está implantando a especial dentro do órgão gestor, na perspectiva de fazer um acompanhamento mais próximo, reforçou a dificuldade com o sistema de justiça e segurança. Segundo Arimateia fragiliza e não reflete a realidade dos dados, com uma grande subnotificação. Vanda Anselmo compreende que o grande desafio é de informatizar o sistema todo é

manual, fica na dependência de sistematizar, se perde muitos dados. Reconheceu a importância feita pela coordenadora sobre a importância do governo conhecer o Cemaris. Então ele entenderá da grande subnotificação, a violência no estado é alarmante, mas no Suas não é enxergado essas subnotificações. Compreende também que não adianta notificar, se não tem como atender e acompanhar, só possibilita conhecer a realidade mas na maioria dos municípios que são de pequeno porte. Que tem Creas, a equipe da especial questionou que os Creas regionais não são implantados. Ressaltou que a secretaria com o poder de articulação junto ao governador, ele possa conhecer a importância do Cemaris e a importância dos Creas regionais das unidades regionais, inclusive já foram pactuados na CIB, há bastante tempo. Salientou que com Cemaris e observatório dará mais subsídio para efetivação do Suas. A coordenadora afirmou que Vanda Anselmo atingiu o alvo, todo governante precisa conhecer metas e resultados, acredita que ele não conheça esses dados. Salientou que a segurança pública é comandada por um jovem, que manifesta vontade de dar as mãos a proteção social. Sugeriu que o secretário seja convidado para participar de uma próxima reunião, para discutir e explicar as subnotificações. Convidar também representantes do sistema de justiça, estará presente na perspectiva de modificar essa relação. Pontuou que a proteção social precisa ser vista, causando uma aflição considerando sua trajetória profissional, precisa de visibilidade. Completou após um relato a importância da prevenção, com um Estado e um País a desigualdade é gritante, de um estado que precisa reconhecer o cidadão. Reforçando a necessidade de convidar o sistema de justiça, de segurança pública, para mostrar a realidade. Célia Melo concordou com essa solicitação, explicou que a demanda dos municípios e da dificuldade colher informações junto ao sistema de justiça. Para discutir o Cemaris e a relação do Suas com o sistema de justiça. A coordenadora informou que, na primeira reunião extraordinária, vai apenas alinhar com o presidente do tribunal e corregedor do tribunal da defensoria e da segurança pública. Tendo em vista que trata dos gestores que publicou resoluções, essa função é mais da corregedoria. Faltando definir o local se nesse espaço ou em outro local. Retomando com apresentação, foi tratado o risco, pessoa em situação de rua com 1.276 casos notificados, precisando ser fixado através de documentos, existindo dois tipos nesse risco, casos com documentação e sem documentos. Com a maioria dos casos no ciclo da vida adulto dentro dessa categoria pessoa em situação de rua, contamos com dois tipos, imigrantes e residentes. Explicou que é recorrente o sexo masculino apresenta maior número. Drº Elpídio informou que no município de Fortaleza, foi criado o bloco de rua para o carnaval, sob a responsabilidade deles, organização, música e fantasia. Considera uma excelente iniciativa se apresenta na segunda feira de carnaval. Geórgia informou o prazo do Cemaris, de 01 de Janeiro à 31 de Dezembro de 2018. Passando para racismo com 22 notificações o ciclo de vida adolescente foi o que mais sofreu e do sexo feminino. Em seguida foi tratado o risco ruptura de vínculos com 913 casos notificados. Passando trabalho análogo ao escravo com, 18 casos notificados, percebe-se uma subnotificação, sendo do ciclo de vida o adulto do sexo masculino, causado pelo sem vínculo familiar. Em seguida foi tratado o risco trabalho infantil com 433 casos notificados, computado apenas o ciclo de vida de crianças e adolescente, o adolescente aparece com maior número de casos do sexo masculino. Vanda Anselmo complementou em relação ao financiamento das Aepeti. Informou que não tem recursos financeiros previstos no orçamento para o Peti, nem para o Aepeti. Ressaltou que ainda tem parcelas em atraso referente ao ano 2017. Os municípios receberem cobrança do Procurador Estadual do Ministério Público do Trabalho Drº Antônio, sobre as ações do programa. Complementou que os municípios com maior número de trabalho infantil estão sem recursos, nem para pagar a equipe, a logística, estrutura administrativa e operacional do programa. Pontuou que é preciso encontrar uma estratégia dentro do estado, inclusive com trabalho infantil crescendo. Em seguida foi tratado o risco tráfico de seres humanos com apenas 1 caso notificado. A coordenadora questionou esse dado, tendo em vista que existe uma coordenadoria só para tratar desse assunto como também um posto no aeroporto para trabalhar o tráfico de seres humanos. Afirmando da subnotificação, considerando o número de casos, conclui que precisa alinhar esses dados. Passando para violência doméstica é o risco desde o primeiro Cemaris esmagadoramente o risco mais recorrente , quase 60% dos notificados no Cemaris é sobre violência doméstica com 14.609 casos notificados, no ciclo de vida, criança. A coordenadora interviu ponderando que só a Casa Mulher Brasileira recebeu 40.000 notificações reforçando que também

precisa estar alinhado esses dados. Informou que foi solicitado a de Sobral e de Juazeiro. Trata-se de uma emenda, necessitando ajustes. Sexo feminino é que mais sofre, com três tipos de violência, negligência, psicológica e física, com mais casos notificados foi a negligência. A coordenadora interviu perguntando sobre essa negligência da violência doméstica, existem dados de quantos perderam o pátrio poder. Geórgia disse que não. Passando para o último risco violência sexual, com 1.968 casos notificados, com o ciclo de vida adolescente que mais sofreu e do sexo feminino. Informou que no Cemaris conta com dois tipos; exploração sexual e abuso com quase 95% dos casos. Márcia Dutra complementou com algumas colocações. Afirmando que os resultados são avassaladoras na questão de violência e sobre a necessidade de investir mais nas causas. Informou que parte dos problemas estar centrado nas famílias, considerando o contexto famíliar. Segundo Márcia, o caminho da assistência para trabalhar com as famílias é o Paif e os Cras, no sentido de prevenção que é da básica. Quanto ao cofinanciamento dos Cras é de suma urgência. É conhecedora da luta as secretária de ampliar e universalizar o cofinanciamento dos Cras. Afirmando que os Prefeitos municipais precisam absorver essa pauta e pleitear junto ao governador. Glauciane complementou que a tarde participará de reunião sobre municipalização e, uma das questões muito dialogadas é que não conseguimos ampliar esse cofinanciamento. Vanda Anselmo complementou que vai mais além, ninguém executa nada sem recursos financeiros, considerando que a SPS executa serviços que não é de Proteção Social. Exemplificou sobre as discussões nas Câmaras Técnicas instaladas, como Circo Escola. Trata-se de políticas extremamente importante mas que deveriam estar no lugar correto, que no caso dentro do Suas. Justificou sua fala pois está falando de Suas, observando que são equipamentos grande para trabalhar prevenção, porém não é o Suas. Então esses equipamentos deveriam está na política correta, mas os recursos permanecerem no Suas, para potencializar Paif, serviço de convivência. Será uma estratégia de recursos do Paif é insuficiente, não cofinancia todos os Cras. Ponderou que o principal serviço é o Paif, não precisa já de aporte financeiro e sim metodológico, conceitual que passará pelo processo de formação dos trabalhadores. Segundo Vanda é priorizado o serviço de convivência onde o processo é inverso. Silvana Simões manifestou alegrias de contarmos com a presença da secretária, colocando da necessidade de priorizar os recursos, observando que o Ceará é referência nacional, então precisamos efetivar o Suas no Estado. Drª Socorro ponderou que sente uma certa discrepância dessa política, manifestou paixão pelos centros comunitários, considerando um trabalho fantástico executados nos centros que é um trabalho de prevenção. Indagou se esse trabalho está dentro da política do Suas. È conhecedora que a política do Suas não é assistencialista e sim de garantia de direitos, então dentro dessa lógica não entra um trabalho de ter um equipamento para minimizar o sofrimento das pessoas da área. Compreende que é importante debater essa pauta internamente. Márcia Dutra solicitou fazer duas pontuações, explicou que sua solicitação de ampliar o cofinanciamento para todos os Cras é diferente da discussão do funcionamento das unidades. Ponderou sobre a fonte de recursos que é o Fecop, caso fosse a Fonte 00 a preocupação seria menor. Será necessário negociar a migração de recursos, na tentativa de aumentar o volume desse cofinanciamento para contemplar todos os Cras. O projeto das unidades trata de objetivos diferentes, ressaltou que recursos não migram para outros projetos, porque os projetos são individuais. Vanda Anselmo colocou que não se discute o atendimento realizado nos Centros Comunitários, o mérito é outro, contamos com um sistema que está estruturado, normatizado que é o Suas. Informou que a tipificação que está sendo discutida, redesenhada então não conseguimos atender conforme tipificação. Ressaltou as competências do Estado que é de cofinanciar a Proteção Básica não trata de executar a básica. Compreende que é a centralidade dessa discussão se está previsto na legislação, então a meta é potencializar os Cras e fazer Paif e serviços de convivência cofinanciados. Compete ao Estado cofinanciamento, assessoramento técnico e serviços regionalizados. É preciso dialogar com a Prefeitura de Fortaleza para ver a viabilização desses equipamentos. Compreende ainda que os Centros Comunitários podem está com uma ação de cidadania direitos humanos que estão na SPS. Salientou que não podem está dentro da Proteção Básica. Drª Socorro informou da criação de cinco estação de cidadania do Governo Federal. Célia Melo sugeriu que o item Censo Cras e Creas não será apresentado hoje devido o espaço de tempo, que seja priorizado os novos critérios de plano de providências, como também o prazo de entrega do relatório de gestão 2019. Retomando com a

apresentação do Cemaris, informou que o primeiro indicador apresentado é recurso financeiro previsto na Proteção Especial conforme informação dos 181 municípios do ano de 2019 de trinta e quatro milhões setecentos e vinte mil, oitenta e dois reais. Informou sobre o número de pessoas em situação de risco pessoal e social 24.426.00 casos, com 20.633 casos acompanhados pela assistência. Quanto a ruptura de vínculos, número de casos acolhidos dos 913 casos notificados, 376 foram acolhidos. Concluída a apresentação Drª Socorro passou a coordenação para Célia Melo tendo em vista compromissos na SPS. Antes de se ausentar informou sobre a criação de um aplicativo integrado, começando pelo Conselho Tutelar, referente a violência sexual, como também uma linha telefônica com três dígitos dentro do observatório. Vanda Anselmo complementou que hoje foi mencionado o Sipia, então seria interessante uma articulação por parte da secretária, considerando que é monitorado pela SPS, junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescentes. Segundo Vanda houve uma renovação dos membros do CEDCA. Então se faz necessário uma capacitação para alimentar o sistema, possibilitando os dados reais. Drª Socorro França fez os encaminhamentos: Realizar reunião com o Sistema de Justiça e de Segurança Pública para apresentação do Cemaris. E quanto ao segundo é solicitar ao Conselho Tutelar alimente o Sípia. Dando continuidade sob a coordenação de Célia Melo foi pactuado a utilização dos dados do censo e mapa de riscos pessoal e social- Cemaris/2019, como uma das fontes de pesquisa e de planejamento da política de assistência social do Estado do Ceará. Informou que está em fase de construção na SPS, um novo sistema. Em seguida foi tratado o item de inclusão de pauta. O prazo de entrega do relatório de gestão 2019 explicou que estão planejando na gestão do Suas um novo sistema online para relatório de gestão que possibilita o diagnóstico da gestão municipal de todos os municípios para acompanhamento do Estado. Ficou como encaminhamento discutir e revisar o instrumental para fazer um sistema online em parceria com o Coegemas. Foi pactuado o prazo para encaminhamento pelos 184 municípios cearenses do relatório de gestão 2019, com a respectiva resolução do conselho municipal de assistência social até 30 de abril de 2020. O relatório deverá ser encaminhado via e-mail (apoiogestãom@gmail.com), á secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania Mulheres e Direitos Humanos SPS. Prosseguindo com o último ponto de pauta critérios para novos planos de providência e prazo para os planos de providências pactuados e com as situações satisfatórias não superados. Célia citou a resolução da CIB, sobre planos de providências para revisar, mencionou a resolução 21 de novembro de 2017, que trata dos fluxos, Resolução 11/2015 e 21/2017 a última é atualização da 11/2011. Ressaltou que é necessário um estudo das resoluções 11/2015 e 21/2017. Lembrou que tem planos de providências datado de 2012 a Proteção Social elaborou um cronograma para visita técnica nos Cras com pendências. Ficou como encaminhamento uma reunião Estado e Municípios para discutir os critérios para serem apresentados na reunião do mês de fevereiro e pactuados os novos critérios. Ressaltou que, caso não seja possível acontecer nessa reunião ficará para a CIB do mês de março. Ficou definido a formação de um grupo técnico composto por Célia Melo, Silvana Simões, Heurenice Moura, Meirelene, Coegemas a definir o nome. Arimateia sugeriu que entrasse na pauta da reunião do mês de março, para o mês de fevereiro ficará o cofinanciamento por blocos. Pontuou que a reunião do Coegemas agendada para o dia 28 de fevereiro pela manhã, então a reunião da CIB ficará no mesmo dia no período da tarde. Mônica Gondim apresentou a proposta que na reunião do mês de fevereiro seja concluída e pactuada a Câmara Técnica da regionalização. Vanda Anselmo registrou que este ano eleitoral fica muito complicado a saída dos gestores municipais, então se faz necessário priorizar as pautas, considerando a pressão sofrida pelos municípios pelo Sistema de Justiça. Solicitou que as reuniões das Câmaras Técnica sejam agendadas para sexta à tarde ou segunda pela manhã, para facilitar os deslocamentos para os municípios. Mônica Gondim sugeriu que a reunião da Câmara Técnica da Especial aconteça no dia 27 de fevereiro no período da tarde, às 14h. Ressaltou da necessidade urgente de pactuação na CIB do novo reordenamento. Célia Melo sugeriu a pauta da próxima reunião como prioridade, tema da Câmara Técnica da Especial para pactuação e Blocos de Cofinanciamento e relato da Câmara Técnica da PSB. Passando para os informes, Silvana Simões informou sobre o recebimento de uma correspondência do Ministério da Cidadania, Primeria Infância no Suas/ Criança Feliz, conta com duas metodologias; Guia de visita domiciliar cuidado com desenvolvimento da criança. O Estado possui oito multiplicadores com formação nas duas

metodologias, enquanto nos municípios contam com um supervisor capacitado pelo Estado. Então os supervisores montam sua equipe de visitadores. Relatou que supervisores sai do município e oferta serviço de capacitação, situação incorreto. Considerando que ele só é supervisor com portaria, enquanto permanece no município. Registrou que foi uma denúncia de um município, que pagou esse supervisor para formar sua equipe. Ressaltando que conforme as regras do programa não permite pagar empresas para capacitação. Solicitou que este informe seja repassado na reunião do Coegemas. Informou ainda, sobre o Seminário que acontecerá nos dias 17 e 18 de fevereiro, avaliação e planejamento. Heurenice informou que nos dias 18 a 20 de fevereiro, será realizada uma oficina de interlocução do Paef com o serviço de acolhimento para crianças e adolescente. Salientou que serão convidados todos os municípios para participarem da mencionada oficina. Nada mais havendo a tratar, a coordenadora agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a reunião. Comissão Intergestores Bipartite – CIB/CE, Fortaleza – CE, aos 31 dias de janeiro de dois mil e vinte.

Célia Maria de Sousa Melo Lima
Coordenadora da Reunião

Maria Heurenice Moura de Souza
Representante da SPS

Márcia Maria Medeiros Dutra
Representante da SPS

Silvana de Matos Brito Simões
Representante da SPS

Maiara Reis Campos
Representante de Palmácia

José Arimateia de Oliveira
Representante de Aratuba

Izaura G. do Nascimento de Oliveira
Representante de Mombaça

Glauciane de Oliveira Viana
Representante de Maracanaú

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Coordenadora da CIB – CE

Elba Carneiro Falcão de Almeida
Secretaria Técnica da CIB-CE.

Mônica Regina Gondim Feitoza
Coordenadora da Proteção Social Especial

Vanda Anselmo Braga dos Santos
Representante de Russas

Célia Leite Carvalho
Representante da SPS

Patrícia Helena Nóbrega Studart
Representante de Fortaleza-CE

Sílvia Letícia Forte Camelo
Representante de Tejuçuoca

Elpídio Nogueira
Membro Titular de Fortaleza-CE

Sarah Carvalho Santos
Representante Ocara